TRANSFERÊNCIA DE MILHAS AÉREAS EM PROGRAMAS DE FIDELIDADE E SUA AQUISIÇÃO PELAS EMPRESAS DE TURISMO

Ana Paula Tomazzetti
Advogada

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), em decisão recente, julgou válida cláusula em contrato de adesão, proibindo a transferência, pelo consumidor, de milhas acumuladas para as empresas que atuam no segmento de turismo e viagem (Recurso Especial nº 2011456 – SP, Relator Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgamento 05/03/2024, DJe 12/03/2024).

Segundo o referido acórdão, a vedação dessa transferência pode constar legitimamente de regulamento de programas de fidelidade, ao qual adere o consumidor e passageiro habitual.

Embora a ação judicial em questão reúna apenas a companhia aérea, ré e recorrente, e a empresa de turismo, autora e recorrida, o caso envolve de fato três personagens: a empresa de aviação, que promove o programa de milhas; o passageiro, que acumula pontos passíveis de conversão em bilhetes de viagem; e a empresa de turismo, que adquire essas milhas para posterior revenda.

Assim, o passageiro é o cedente das milhas, que podem ser convertidas em bilhetes, e a empresa de turismo, a cessionária desse crédito. A companhia aérea, por sua vez, opõe-se a essa transferência – e teve o seu pleito acolhido pelo STJ.

A matéria ainda não tem tratamento legal específico, razão por que foi solucionada à luz do Código do Consumidor e, também, do Código Civil, na parte dedicada à cessão de crédito.

A restrição à circulação desse crédito (milhas, pontos), portanto, não está estabelecida em regra geral ou norma de cumprimento obrigatório, dependendo de previsão nos contratos que regem os programas de fidelidade.

Vale notar que o crédito em questão tem origem em bonificações gratuitas, concedidas pela empresa aérea, em razão de programa de fidelidade ao qual se vincula o consumidor espontaneamente, fato que parece legitimar a ajustada restrição à sua circulação.

Por conta disso, não se trataria de cláusula abusiva, incompatível com os princípios que regem as relações de consumo, visto que “o consumidor tem ampla liberdade para procurar outra companhia que eventualmente lhe ofereça condições mais atrativas, o que fomenta a competitividade no setor aéreo”.

Analisando a situação perante a Constituição Federal, o acórdão destaca que “a liberdade de iniciativa econômica consagrada pela ordem constitucional (arts. 1º, IV, e 170 da CRFB) é pautada na livre concorrência, fomentando a competitividade entre os fornecedores em benefício dos consumidores, de modo que eventual insatisfação com a restrição para a cessão das milhas estabelecida em regulamento de determinado programa de fidelidade pode ensejar a não aquisição das passagens e a troca da companhia aérea que eventualmente não estabeleça essa restrição em seu programa de milhas”.

A decisão chama ainda atenção para o fato de que o art. 286 do Código Civil prevê que “o credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé se não constar do instrumento da obrigação”.

A lei permite, portanto, que a circulação do crédito seja obstada por convenção com o devedor, no caso, a empresa aérea que institui o programa de fidelidade e emite o bilhete de viagem.

A respeito da boa-fé da cessionária, o que, segundo a regra civil, legitimaria a alienação das milhas, o acórdão afasta essa condição, visto que a empresa de turismo recorrida “atua no mercado específico há anos, com amplo conhecimento sobre os regulamentos internos das companhias aéreas”.

Desse modo, decidiu o STJ que, uma vez previsto em regulamento, a companhia aérea está autorizada a cancelar passagens aéreas fruto de milhas cedidas de forma onerosa a empresas de turismo.

Cabe distinguir que a decisão diz respeito a comercialização de milhas aéreas, quando expressamente vedado pelo regulamento empresarial, restando autorizada a transferência na aquisição de passagens pelo próprio titular para terceiros.

Vale registrar, por fim, que o relator em seu voto cita decisão, também do STJ, sobre caso similar, julgando válida cláusula de regulamento de programa de fidelidade de companhia aérea impedindo “a transferência de pontos bônus por ato *causa mortis*” (REsp n. 1.878.651/SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 04/10/2022, DJe 7/10/2022).

Embora tratem de situações diferentes, ambos os casos, respeitadas suas peculiaridades, admitem a proibição de transferência da bonificação a pessoa diversa do consumidor beneficiário do plano.